

KOSOVO: A VOZ EDITORIAL EM EL PAIS E PÚBLICO

CRISTINA PONTE *

1. Introdução

Expressão da posição do jornal sobre acontecimentos reportados, existe relativamente ao editorial como género jornalístico escassez de estudos centrados na sua forma particular de discurso, ao contrário do que se passa com outros géneros jornalísticos como a notícia, a reportagem ou a entrevista. Privilegiando o comentário de temas de actualidade de interesse para os seus leitores, não será frequente encontrar os mesmos conteúdos em editoriais de jornais de diferentes países. A situação recente da intervenção da NATO na Jugoslávia proporcionou um desses momentos em que o tratamento da questão se impôs como conteúdo comum.

Num quadro de estudo comparativo de imprensa, a análise do tratamento editorial desta matéria por dois jornais ibéricos que privilegiam nos seus conteúdos temas de interesse público – *El Pais* (Espanha) e *Público* (Portugal) – procurou identificar como integraram o género editorial na cobertura jornalística da intervenção da NATO e inventariar diferenças e/ou semelhanças nas suas formas de expressão e de relação pragmática com as audiências. Que conceitos de editorial estiveram presentes e que ideias sobre o jornalismo contemporâneo convocaram? Constituíram o início e o final destes textos lugares especialmente significantes? A que leitores se dirigiram e de que formas o fizeram? Que voz se expressou nos editoriais, uma voz majestática e distante do leitor ou, pelo contrário, próxima e quase

* Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

cúmplice? A que argumentos recorreram os editoriais sobre este tema eminentemente político e que traços estilísticos próprios do discurso político estiveram presentes?

2. Os editoriais como género jornalístico

No panorama norte-americano sobre o género editorial, e para além das suas referências em inúmeros manuais de redacção com um carácter eminentemente utilitário, destaca-se a antologia de Sloan *et al.* (1997) que identifica três períodos deste género na imprensa norte-americana: 1) a *era partidária* (1690/1833), pautada pela separação entre opinião e notícias e forte tomada de posição em assuntos de natureza política e social relacionados com o processo de independência nacional; 2) a *era popular* (1833/1900), que cobre a *penny press*, onde os editoriais se libertam do exclusivo de temas políticos apresentando também temas de interesse humano, época essa pautada pela mudança do contexto produtivo que conferia maior liberdade financeira aos jornais e onde os editoriais surgiam como o *coração do jornal* naquela que é evocada como a *época de ouro* do género; 3) a *era profissional*, do séc. XX, onde, para Sloan *et al.*, à dimensão empresarial dos jornais norte-americanos se associa uma ideologia profissional que privilegia a «informação objectiva» que, por seu lado, privilegia a reportagem empalidecendo o lugar do editorial.

Em obras de reflexão sobre as formas específicas de escrita jornalística e que se constituem como referências na formação académica e profissional de jornalistas do espaço latino (Martinez-Albertos, 1974, 1983; Vivaldi, 1990), encontramos breves referências ao editorial, junto de outras manifestações eminentemente argumentativas de expressão jornalística, como o artigo ou o comentário. Incluindo-o no que designa por género jornalístico interpretativo – caracterizado pelo seu estilo de solicitação de opinião contrariamente ao estilo informativo – Martinez-Albertos considera o editorial a peça mais importante do ponto de vista ideológico por lhe competir a apresentação da opinião do jornal a respeito das notícias que publica. A esta função corresponderia estilisticamente o recurso a traços algo majestáticos associados à clareza, concisão e brevidade do estilo informativo (Martinez-Albertos, 1974: 144-145). Por seu lado, Vivaldi distingue o comentário editorial do artigo pela sua impessoalidade: no editorial comenta-se quase sempre em função de uma comunidade, uma instituição, uma empresa, é «a voz da razão ao serviço da verdade e em nome da empresa», o escrito vale «por si mesmo», «pelo enfoque objectivo ao serviço do bem comum», enquanto o artigo é um comentário em primeira pessoa, em que «o que se diz vale tanto como quem o diz» (1990: 376). Na organização estrutural do editorial, Martinez-Albertos e Vivaldi destacam o início e particularmente

o final da peça como dois lugares marcados e de forte significado. Se o início é um lugar decisivo de toda a peça jornalística, pela procura de captar o interesse do leitor, a construção do final será aqui decisiva enquanto convocadora da adesão e da capacidade evocativa do leitor.

Van Dijk (1995: 178) destaca, por seu lado, uma dupla dimensão de audiências: os «leitores comuns», junto de quem os editorialistas procuram argumentar e persuadir reproduzindo neles as suas atitudes e ideologias, e os actores das notícias, as elites a quem se dirigem, directa ou indirectamente, avaliando as suas acções ou recomendando acções alternativas: tal explica que «os editoriais não formulem meras opiniões e as apresentem ao público, mas que ataquem, defendam e aconselhem as autoridades» (*ibidem*: 178). Desta perspectiva, van Dijk retira que os editoriais funcionam politicamente como «movimentos estratégicos para a legitimação do domínio de uma formação de elite específica ou para manter o equilíbrio de poderes entre diferentes grupos de elite da sociedade» (*ibidem*: 205-206).

Estes contributos acentuam assim o lugar de autoridade do editorial como *voz do jornal* – ainda que em mutação, como apontam Sloan *et al.* – e a sua posição enunciativa singular relativamente a outros géneros. Sugerem também uma dupla relação enunciativa, distinguindo centros de decisão (elites políticas, nomeadamente) do conjunto de leitores a que se dirigem. Se na imprensa contemporânea a *voz do jornal* pode ser contrariada nas práticas de escrita de editoriais que recorrem à assinatura e ao comprometimento pessoal do seu autor, a problematização sobre diferentes audiências constitui uma variável a ter presente na análise do tratamento de uma matéria editorial vincadamente política como o foi a operação da NATO no Kosovo.

Sendo um género jornalístico argumentativo particularmente retórico, tomamos como base as observações modernas da retórica que, como referem Eemeren *et al.* (1997: 215), se situam na qualidade da argumentação e na importância da orientação para a audiência, que o autor quer convencer através dos seus argumentos ou cujos argumentos quer refutar. Situa-mos aqui o argumento como «molde ou forma de argumentação e não como o conjunto da mensagem» (Breton, 1996: 45): argumentar é também comunicar, dirigir-se ao outro, propor-lhe razões para ser convencido a partilhar uma opinião. Na análise da dinâmica argumentativa, Breton articula argumentos de enquadramento e de ligação. Os argumentos de enquadramento visam a construção de um real comum ao orador e ao auditório pela intervenção no contexto de recepção com vista à sua modificação, a que se seguem os argumentos de ligação, associando a opinião proposta ao contexto de recepção assim modificado. Nos argumentos de enquadramento do real encontram-se argumentos de afirmação de autoridade (do orador, da autoridade externa ou do auditório), apoiados no reconhecimento ou não de competência, experiência ou testemunho, argumentos

de apelo a pressupostos comuns, como opiniões e valores que sustentam as comunidades argumentativas ou os seus «lugares», valores mais abstractos e incertos que contribuem para construir «um universo de referência que os parceiros de uma comunicação partilham» (*ibidem*: 63); argumentos de reenquadramento do real pela definição, apresentação – descrição narrativa, qualificação, amplificação, expoliação ou redundância – e associação-dissociação de elementos pré-existentes. Nos argumentos de ligação, encontram-se argumentos dedutivos, como os silogismos, e argumentos analógicos, mais poderosos pelo estabelecimento de uma correspondência entre duas zonas do real até aí separadas, sendo uma o objecto de acordo prévio e a outra a opinião proposta, seja pela comparação, pelo exemplo ou pela metáfora.

Porque a intervenção da NATO na Jugoslávia é uma matéria política, tivemos presente na sua análise linguística os processos de legitimação e deslegitimação que se manifestam a nível pragmático, semântico e sintáctico no discurso político (Chilton & Schaffner, 1997), bem como os três pontos do processo crítico de apreciação retórica apresentados por Gill & Whedbee (1997: 1) as expectativas criadas pelo contexto, que envolve a problemática coberta, a audiência em vista, o género de texto, a credibilidade retórica do autor perante a audiência; 2) a identificação do que o texto apresenta à audiência: figura retórica do autor; audiência implicada; conhecimentos contextuais; ausências; 3) a identificação de elementos significantes do texto: estrutura e temporalidade, argumentos, metáforas e iconicidade destes textos. Este conceito de iconicidade da linguagem é particularmente sustentado por Kress (1985: 31), rejeitando a arbitrariedade dos signos linguísticos em relação aos referentes e considerando que a maioria ou mesmo a totalidade das formas e processos sintácticos têm uma relação *expressiva* com os seus referentes. No discurso político nomeadamente a escolha não arbitrária dos signos lexicais e o paralelismo da construção sintáctica contribuem para a construção de climaxes e reforçam as estruturas ideológicas dos textos.

Van Dijk (1997) distingue o nível contextual e o descritivo do discurso para uma compreensão ideológica dos textos. O primeiro orienta-se para a análise das manifestações de pertença a grupos sociais, tendo presentes nomeadamente a polarização ideológica, as expressões da identidade dos grupos, as representações da sua posição social e associação com valores, expressas num *quadrado ideológico* polarizado entre *nós* e *os outros*: omissão ou desvalorização de traços negativos do *nós*, ênfase desses traços nos *outros*; ênfase nos *nossos* traços positivos, omissão ou desvalorização desses traços nos *outros*. Por sua vez, o nível da descrição do discurso compreende os tópicos, a organização esquemática, a coerência e significados locais, as implicações e pressuposições, a lexicalização, o estilo, as orientações retóricas. A sobrelexicalização ou a sublexicalização, a transitividade e

modalidades de sintaxe como a transitividade e a voz passiva são também destacadas por Fowler (1985) como formas linguísticas que afectam as manifestações discursivas de poder. Estes aspectos foram particularmente notórios na forma como editoriais de imprensa norte-americana deram conta de argumentos internos contra a guerra do Golfo (Hackett & Zhao, 1994), onde estratégias retóricas e argumentativas se suportaram em metonímias malevolentes, metáforas desumanizantes, um uso selectivo de metáforas históricas, a escolha de alvos fáceis e a evocação de motivos demoníacos e consequências perigosas.

3. Materiais, *corpus* e métodos de análise

Os dois jornais aqui analisados surgiram recentemente – *El País*, em 1976, e *Público* em 1990 – em dois países que viveram entre a década de 30 e a de 70 contextos político-sociais de ausência da liberdade de imprensa, com possíveis consequências na cultura jornalística de profissionais e leitores, no que se refere a formas de expressão (Chaparro, 1998). O seu aparecimento coincide com contextos económicos, político-sociais, organizacionais e tecnológicos de transformações no panorama informativo. A imprensa escrita não foi indiferente aos novos cenários áudio-visuais marcados pela instantaneidade dos «directos» e por novas formas de cobertura dos eventos, reagindo nomeadamente pelo re-desenho de práticas de cobertura, de apresentação e de comentário de acontecimentos onde se inclui o próprio género editorial.

Situando-se no espectro de jornais de referência pela prioridade que conferem a temas de interesse público, e sendo os mais lidos pelas elites socio-culturais dos seus países, os dois jornais diferem quanto ao grafismo e estilo. As diferenças gráficas são particularmente visíveis no desenho da primeira página. *El País* apresenta um estilo sóbrio, clássico, sem recurso a cor nem a manchetes, onde predomina a tonalidade cinza. O *Público* organiza a sua primeira página em torno de manchetes (títulos ou fotografias), com forte recurso a cor (o vermelho é usado no título principal) e a curtos textos de chamada para o interior. A este respeito não serão alheias as características dos públicos-leitores: enquanto o jornal espanhol lidera a tiragem no seu país, com valores superiores a 300 mil exemplares diários, na imprensa portuguesa o *Público* disputa a terceira posição com o *Diário de Notícias*, com uma tiragem de cerca de 54 mil exemplares¹. Política-

¹ Note-se ainda que em 1996 Portugal apresentava um dos mais baixos valores europeus de leitura de jornais: 47 jornais para cada 1000 habitantes, enquanto em Espanha esse valor era de 104 jornais, situação que não se terá alterado significativamente (*World Statistics Pocketbook*, ONU, 1997).

mente, podem ser considerados jornais progressistas dentro do espectro da imprensa de cada um dos países. *El País* apresenta na sua história vínculos com o PSOE (Laitin e Gomez, 1992: 13), o *Público* tem na sua direcção jornalistas com passado conhecido de lutas contra a ditadura e os seus profissionais não rejeitam um *jornalismo de causas*.

Estudos sobre estilos de escrita apontam características distintas nos dois jornais. Um estudo comparativo do discurso político entre jornais editados em língua castelhana e em catalão, que incluiu o *El País*, deu conta de um estilo discursivo incisivo, com recurso à ironia, coloquialismos e sarcasmo, mais notório na imprensa escrita em língua castelhana do que na imprensa catalã (Laitin e Gomez, 1992). Relativamente à escrita do *Público*, Chaparro (1998) assinala a sua forte componente interpretativa, visível nomeadamente na titulação: o título interpreta frequentemente o evento e é no antetítulo que se encontra a informação.

Os *Livros de Estilo* destes dois jornais são minuciosos quanto a indicações de escrita profissional mas apresentam sumárias referências ao género editorial que surge assim como uma forma de expressão jornalística sobranceira a outros géneros e de acesso condicionado aos elementos da direcção do jornal. O livro de Estilo do *El País* contém um manual com 582 orientações das quais apenas cinco se referem ao editorial, caracterizando a sua autoria e apresentação, bem como traços gráficos distintivos e a ausência de assinatura. No Livro de Estilo do *Público*, com dois grandes capítulos sobre a prática jornalística – Ética e Deontologia e Critérios, Géneros e Técnicas – a referência ao editorial surge apenas numa alínea relativa aos espaços de opinião, do segundo capítulo, definindo-o como o género assinado por um elemento da direcção editorial.

Na definição do editorial em cada jornal, enquanto o *El País* dispõe de um conjunto de editorialistas e apresenta diariamente um editorial em local fixo, não assinado e diferenciado graficamente, mantendo assim um compromisso quotidiano entre esse tipo de texto e os seus leitores, o *Público* não apresenta editoriais diariamente, varia a sua localização e assume a sua autoria pela assinatura de um membro da sua direcção editorial. José Manuel Fernandes e Nuno Pacheco, respectivamente director e sub-director do *Público* e ambos seus fundadores, inserem esta diferença em relação ao modelo clássico numa linha de um jornalismo mais personalizado onde não está ausente uma certa ambiguidade nas relações: consideram que o editorial vincula de certa forma a posição do jornal mas, ao não ser anónima, vincula sobretudo a posição do director. Destacam que os editoriais do *Público* como textos de intervenção cívica mais vincada de todo o jornal, tiveram características originais desde o início: a assinatura por um elemento da direcção do jornal, então não comum e que não obriga a que o jornal partilhe essa opinião; a recusa de um local fixo e a decisão de vir ao lado de artigos informativos sobre um tema polémico de uma qualquer secção do jornal; a decisão de não ser diário para combater a sua banalização.

O *corpus* deste trabalho foi composto por editoriais publicados entre o início da intervenção da NATO, a 24 de Março e a primeira reunião do G8 (sete países mais industrializados e Rússia), a 7 de Maio: 14 do *El País* e 6 do *Público*.

A análise comparativa dos conteúdos dos editoriais processou-se em três eixos:

1. Integração do editorial dentro do contexto do jornal e do respectivo país; apreciação da cobertura jornalística oferecida por cada jornal sobre o acontecimento, pela inventariação das peças publicadas, quantificação de textos de opinião e – quando possível – apreciação da sua *tonalidade*, positiva ou negativa, face à intervenção da NATO (Morin, 1961).

2. Análise semântica e pragmática dos primeiros editoriais publicados por cada um dos jornais sobre os acontecimentos do Kosovo (*El ataque*, a 25 de Março e *Ir até ao fim*, a 31 desse mês), por se considerar que esses textos constituiriam um lugar de enquadramento e de compromisso relativamente aos editoriais seguintes, hipótese que se procurou verificar.

3. Identificação e hierarquização de tópicos, ou seja macro-proposições semânticas retiradas dos conteúdos de cada parágrafo dos editoriais, realizada pela inventariação da sua frequência, intensidade da sua presença e localização em lugares estratégicos como o início ou o final do texto.

4. Análise dos dados

4.1. A cobertura dos jornais sobre o acontecimento

Tomando como base as expectativas criadas pela problemática coberta e a audiência, podemos considerar que os contextos político-sociais em que operaram os dois jornais apresentaram diferenças significativas. Se ambos os países pertencem à NATO, a sua visibilidade apareceu diferenciada nesta situação. A Espanha tinha quadros políticos no cenário das operações, como Javier Solana e Filipe Gonzalez, que lhe conferiam algum protagonismo internacional e que poderão ter afectado a opinião pública espanhola, mais favorável à intervenção que a opinião pública portuguesa, que desde o início se apresentou como uma das mais negativas na apreciação da operação ².

² Uma sondagem à população publicada a 1 de Abril pelo *Público* e que mereceu manchete de primeira página dava conta da oposição à guerra de dois terços dos inquiridos, sendo as respostas negativas maioritariamente de sectores mais velhos (mais de 35 anos) e femininos. Outro indicador, um inquérito dirigido aos leitores *on-line* do jornal, desde o início das operações até 4 de Maio, apresentava igualmente a oposição ao ataque da NATO como dominante, em 58,9% das respostas.

Em ambos os jornais foi exaustiva a cobertura jornalística do evento e nela tiveram particular relevo os artigos de opinião (Quadro I).

QUADRO I
Total de peças publicadas, artigos de opinião, editoriais

Jor/cobertura	Total	Art. opin.	Editorial
<i>El País</i>	578	76	13
<i>Público</i>	471	99	7

No *El País*, foram contabilizadas 578 peças sobre a intervenção da NATO nas Balcãs na listagem do *site* sobre o Kosovo, das quais 76 (13%) eram artigos de opinião, número cinco vezes superior ao dos editoriais escritos sobre o tema no mesmo período. Enquanto os artigos de opinião tiveram uma presença praticamente diária nas páginas do jornal, a escolha do tema para editorial ocorreu de forma concentrada, tendo 11 dos 13 editoriais sido publicados entre os dias 5 e 18 de Abril. No mesmo período foram contabilizadas 471 peças nas edições do *Público*, sendo 99 artigos de opinião (21%): 27 textos de colunistas, 22 artigos de personalidades externas, 32 cartas e *e-mails* de leitores, 13 cartoons e 4 comentários de jornalistas – na sua maioria de pendor crítico relativamente à operação da NATO –, para um conjunto de 7 editoriais publicados sobre o assunto, igualmente com concentração nos primeiros dias de Abril (3 editoriais publicados entre 1 e 5 de Abril), após o primeiro editorial, de 31 de Março³.

4.2. **Primeiros editoriais sobre o acontecimento**

El País, 25 de Março – *El ataque*

1. *COMO EN una tragedia griega en la que los personajes tienen un único destino, la OTAN inició anoche un masivo ataque contra unidades serbias con el objetivo de evitar una tragedia humanitaria en Kosovo, una desestabilización política de toda la zona y, aunque tardíamente, el contagio de esa lacra que se conoce como limpieza étnica. Milosevic, que ayer se arrojó en la bandera de la resistencia, no sólo ha rechazado un acuerdo tras marear la perdiz durante más de un año, sino que en las últimas semanas, aprovechando el proceso negociador, ha lanzado violentas acciones contra los albanokozovares, en clara violación de los acuerdos del pasado 25 de octubre.*

³ Não se pode comparar quantitativamente estes valores, já que foram recolhidos por processos diferentes, estando excluídos no *El País* cartoons e cartas de leitores, e sendo os artigos deste jornal de menor dimensão e mais «desdobrados» do que no *Público*.

Este longo *lead* inicia-se com a analogia com a tragédia grega que pressupõe o conhecimento, pelos leitores, das regras deste género teatral. A tragédia-ficção é evocada para justificar a operação da NATO no quadro de uma tragédia real, sendo de salientar a nível simbólico a proximidade entre o contexto geográfico da ocorrência – as Balcãs – e o berço do género dramático na cultura ocidental, a antiga Grécia, como que sugerindo uma leitura da fatalidade do destino da região. A este classicismo literário do início do primeiro editorial, opõe-se o uso de formas populares de referência a Milosevic, personificado por expressões icónicas de desvalorização política sedimentadas na cultura popular espanhola. O *lead* propõe um re-enquadramento do real à sua audiência, que pressupõe culta pelos inúmeros pressupostos de conhecimento: regras da tragédia grega, situação política na região e protagonistas, conteúdos do acordo de 25 de Outubro.

2. A la OTAN le ampara, pues, una legitimidad moral. Pero no se puede olvidar que se trata de su primera operación ofensiva contra un país soberano y que no cuenta con la legitimidad legal que hubiera supuesto una resolución expresa del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas. Entramos en un territorio desconocido cuya salida es imposible de anticipar. Aunque sólo sea por falta de antecedente.

Em ligação com o parágrafo anterior, de que apresenta a conclusão, este parágrafo enuncia o primeiro dos dois tópicos deste editorial: a natureza dissociada da legitimidade da operação militar, entre uma *legitimidade moral* presente e uma *legitimidade legal* ausente. Os responsáveis políticos da NATO são indirectamente convocados como audiência, através da personalização da instituição. Por seu lado, as consequências desta situação sem antecedentes são apresentadas agregando um *nós* colectivo (*entramos*) que posiciona o jornal e todos os seus leitores nesse lugar plural.

3. Por mucho que se intente, no hay acción militar limpia. En la operación de la OTAN pueden morir, además de militares profesionales de una u otra parte, muchos inocentes: niños, mujeres, hombres e incluso soldados serbios que hubieran preferido no estar allí. Si perdiese el sentido de la proporción, la OTAN podría minar la razón moral que la ampara. Además, aunque estamos ante un caso concreto, podría sentar precedentes para otros países que pretendam actuar por libre, entre ellos los que bloquean el Consejo de Seguridad al tiempo que piden un debate: China y Russia. Las relaciones de la OTAN con Rusia, una arquitectura que en buena parte se debe a la labor de Janier Solana, pueden salir dañadas de esta operación. Pero si Rusia está irritada con Occidente – cuya ayuda necesita –, también debe estarlo con Milosevic, que le ha toreado una y otra vez. Por último, el ataque podría tensar aún más la situación en Bosnia.

Os responsáveis políticos e militares do Ocidente são interpelados indirectamente com um argumento de experiência que nega a metáfora da

limpeza das actuais acções militares. O discurso é racionalizante mas não isento de iconicidade, traçando cenários de consequências que enfatizam a fragilidade da legitimidade invocada, quer no terreno quer no plano da complexidade das relações internacionais a nível do Conselho de Segurança da ONU. Explicita-se particularmente a complexidade das relações com a Rússia pela metáfora da *arquitectura* e salienta-se de passagem o protagonismo de um dirigente espanhol. Os dirigentes políticos russos são apresentados metonimicamente pelo país (estratégia diversa da usada para com Milosevic), apresentado como sujeito cujos sentimentos emocionais de *irritação* para com Milosevic – sustentados por uma linguagem de novo popular – desqualificam a *sua* possível oposição à intervenção militar ocidental.

4. En las negociaciones de París, los albanokosovares habían renunciado, de modo temporal, a la independencia, a favor de una autonomía dentro de Serbia, y habían aceptado el desarme del Ejército de Liberación de Kosovo (ELK). El rechazo de Milosevic a un despliegue de fuerzas extranjeras de pacificación en Kosovo y a cualquier fórmula de autonomía para la provincia echó por tierra toda posibilidad diplomática.

Prosseguem os argumentos de enquadramento aqui sustentados num relato informativo com uma selecção tendenciosa quanto à apresentação de posições em confronto nas conversações de Paris ⁴. Os intervenientes são apresentados por contraste, entre as aberturas negociais dos albanokosovares – sujeito colectivo – e negatividade das posições de Milosevic, sujeito individual.

5. El ataque, cuya primera fase lanzó ayer la OTAN, tiene varios fines: quebrar la voluntad de Milosevic para que acepte el acuerdo de París, disminuir su capacidad militar para lanzar nuevas represalias contra los albanokosovares, o provocar una reacción de los militares o civiles serbios contra su presidencia. La OTAN parece tener todo previsto, menos la posibilidad de que su estrategia no dé resultados: que Milosevic se refuerce o que salga con una nueva finta. Entonces: qué?

As finalidades da operação são apresentadas de forma exaustiva, no primeiro período, mas, logo no início da operação da NATO, o jornal alerta os responsáveis políticos e militares ocidentais para situações não previstas decorrentes da resposta do *outro*, interrogando-os de forma impositiva com uma pergunta directa.

⁴ Para uma visão mais completa das exigências desta cimeira, veja-se por exemplo o artigo de Paul Marie de la Gorge, *Négociations en trompe-d'oeil* (*Le Monde Diplomatique*, Junho 1999, 4).

6. *La credibilidad de la OTAN es importante para la estabilidad futura de Europa, que no se puede permitir que los Balcanes vuelvan a convertirse en un brasero. Pero la credibilidad no se agota en unos bombardeos. Si la estrategia no da resultados, la OTAN ha de ser consciente de que su situación volverá a cuestionar-se, esta vez em términos de responsabilidad.*

O tópicos da natureza dissociada da legitimação, entre a moral e a legal, está de novo subjacente, anunciando de forma indirecta às elites dirigentes da operação os custos possíveis de uma ausência de resultados em termos de opinião pública – expressa indirectamente – que lhe exigirão responsabilidades políticas.

7. *La operación nos concierne, primero, porque tres aviones españoles participaron en la operación y también porque un español, Javier Solana, ocupa hoy la Secretaria general de la Alianza Atlántica. Por eso destaca doblemente que ningún miembro del Gobierno haya comparecido en el Parlamento para explicar la operación. La salud democrática exige, como ha ocurrido en otros países, un debate parlamentario en profundidad o al menos una comparencia de Aznar ante la ciudadanía. No basta una declaración a posteriori desde Berlín para anunciar que el martes irá el Congreso. España no se implica todos los días en una acción que si se denominase como lo que realmente es, de guerra, exigiría la aprobación previa de las Cortes.*

No parágrafo final, a crítica ao silêncio do governo espanhol constituiu-se como segundo tópico. Inicia-se com um argumento de apelo a pressupostos comuns, neste caso de valores – evocação do colectivo do país (*nos concierne*) e dois factos relevantes (participação de aviões espanhóis e liderança de um espanhol na organização envolvida) –, prossegue com argumentos de ligação causal, acentuando duplamente o silêncio do governo, e encerra-se com um fortíssimo argumento de autoridade do jornal expressa pela competência de uma vigilância crítica aos dirigentes políticos tanto mais forte quanto ao longo de todo o texto a palavra *guerra* foi constantemente substituída metonímica e eufemisticamente por *massivo ataque*, *operacion defensiva*, *acción militar*, *bombardeos* ou simplesmente *operación* ou *ataque*.

Dois audiências de elite estão assim presentes no texto, os responsáveis políticos e militares da NATO e o governo espanhol. A primeira é interpelada primeiro implicitamente e depois de forma directa e afirmativa, apresentando-a como alvo de uma opinião pública implícita como actuante. A segunda audiência interpelada, o governo espanhol, ocupa o lugar final do editorial e é alvo de uma dura crítica pelo seu silêncio junto da opinião pública espanhola onde o jornal se inclui.

1. *A vida de Shpresa, ontem contada nestas páginas pelo repórter Paulo Moura, é apenas uma entre centenas de milhares de outras. Talvez meio milhão. É uma vida desapossada de tudo, uma vida violada pelas tensões étnicas, uma vida atirada pelos soldados de um tirano para o desespero de uma fuga sem fim. A sua vida, a sua história, é apenas um exemplo do horror indizível que se vive no Kosovo. Um Kosovo aonde, por estes dias, regressou a lógica implacável da limpeza étnica, os raids sangrentos de esquadrões da morte, o esforço determinado e sistemático de um exército poderoso para espalhar o terror, incendiar aldeias, expulsar aldeões, perseguir refugiados, executar os resistentes, destruir um povo.*

Publicado uma semana após o início da intervenção da NATO, o primeiro editorial do *Público* sobre o Kosovo recorre como enquadramento a um argumento de autoridade, o testemunho do repórter no local dos acontecimentos que apresenta um retrato humano. Há uma gradação retórica na organização do *lead*: o crescendo dramático está presente nos números e na sua forma sintáctica: (*uma [vida] entre centenas de milhares. Talvez meio milhão.*), na sobrelexicalização dos atributos que qualificam essa vida (*desapossada, violada, atirada para uma fuga sem fim*) e se estendem ao Kosovo. A situação é apresentada binariamente entre o drama dos refugiados albanokosovares e «os outros» apresentados de forma coesa e monolítica (*soldados de um tirano, esquadrão da morte, exército poderoso*).

2. *Por estes dias, quem quer que tivesse dúvidas sobre a natureza do regime de Milosevic – e não esteja de má fé – perdeu-as. Após os acontecimentos destes dias, tornou-se ainda mais claro que o carniceiro de Belgrado não recua perante nada para atingir os seus objectivos. E neste momento apenas temos uma imagem superficial de um horror que pode vir a tomar as proporções de genocídio. Perante estes acontecimentos, a responsabilidade da NATO e dos países que a integram aumenta. Eles tornam claro que, por mais dúvidas que se tivesse sobre a estratégia seguida pela organização, não é possível hesitar mais sobre o lado em que nos devemos colocar – até porque é natural que venham aí tempos mais duros e um maior envolvimento militar.*

A distância temporal (uma semana) em relação ao início da intervenção – assinalada no presente de *por estes dias* – e os acontecimentos narrados pelos jornalistas no local surgem como argumentos determinantes do arquétipo da *clarificação* de posições e da eliminação de possíveis reservas (*dúvidas*) em relação à operação, a menos que se esteja de *má-fé*, desqualificação da manutenção dessas reservas. O autor enuncia-se como um elemento de um nós, numa aproximação aos leitores (*apenas temos uma imagem superficial...*). O «outro» é aqui nomeado de forma particularmente icónica e negativa como *carniceiro de Belgrado*.

3. *Já exprimi algumas reservas sobre a estratégia seguida pelos negociadores ocidentais em Rambouillet e sobre as suas consequências, mas, uma vez desencadeada a guerra aérea, é necessário que a NATO seja capaz de ir até ao fim. E ir até ao fim pode implicar uma intervenção dos exércitos terrestres.*

A enunciação em primeira pessoa assume-se como argumento de autoridade: o autor tem particular autoridade sobre a posição de apoio à intervenção que agora toma por ter sido crítico no passado em relação aos políticos ocidentais. A expressão *ir até ao fim* – repetida de forma redundante e que dá o título ao editorial – permanece ambígua pela sua não especificação. Pressupõe-se que os leitores tenham presentes a estratégia dos negociadores ocidentais em Rambouillet e que conheçam os objectivos enunciados da operação.

4. *A hipótese de, após a guerra aérea, enviar soldados para o terreno começou por ser afastada pelos estados-maiores e é temida pelos políticos. Nos Estados Unidos desenvolveu-se mesmo a doutrina de que estas guerras não devem ter mortos, o que decorre do chamado síndrome do Vietname»: o receio de envolvimento num conflito de desfecho incerto e de muitas baixas virarem a opinião pública contra o Governo.*

5. *Ora, em situações como a que agora vivemos, a guerra asséptica e sem baixas, levada a cabo por aviões sofisticados e por pilotos «top-gun», revela-se insuficiente. Até porque se alguma coisa estes dias provaram foi a ineficácia desse tipo de acção para barrar a acção dos grupos militares sérvios no Kosovo e pôr um fim à barbárie. Mais: provaram que não se pode fazer a guerra pela metade, que, uma vez desencadeadas as hostilidades, é necessário assumir as consequências. Pelo que, se alguém pensou, ou planeou, uma guerra apenas aérea, esse alguém cometeu um terrível erro de cálculo.*

Nestes dois parágrafos, o autor interpela agora os responsáveis políticos. Enquadrada a leitura e as reservas por parte de dirigentes ocidentais (4), segue-se uma avaliação profundamente reservada e negativa dessa postura, ainda que sob a forma indefinida do pronome *alguém* (5). Essa avaliação é feita por argumentos de autoridade baseados na experiência, usando imagens metafóricas (*guerra pela metade, guerra asséptica*) próximas das usadas pelo *El País* e que se tornarão interpretativas da intervenção militar.

6. *Paddy Ashdown, líder do Partido Liberal Democrático da Grã-Bretanha, lembrava ontem, num artigo publicado no diário espanhol «El Mundo», as justificações que Chamberlain, primeiro-ministro britânico da época, dava para não reagir no momento em que a Alemanha hitleriana anexou a Checoslováquia. Tratar-se-ia «de uma disputa num país longínquo entre gente de que não sabemos nada». As consequências dessa inacção são conhecidas – e era bom que certos erros não voltassem a ser cometidos.*

7. *No Kosovo, o pior que podia acontecer seria, depois dos bombardeamentos, Milosevic herdar uma terra de ninguém etnicamente limpa. Por isso, no Kosovo o envolvimento ocidental só pode aumentar.*

8. *É bom que estejamos preparados para isso.*

Uma figura política é introduzida como enquadramento de autoridade, citando-se a sua comparação histórica dos acontecimentos actuais com atitudes de não-intervenção de responsáveis políticos de então que antecederam a segunda guerra mundial (6). A conclusão é introduzida de forma polida (Blum-Kulka, 1997: 51) – *era bom que...* – contrastante com a expressão semelhante mas mais imperativa usada no final – *é bom que estejamos preparados para isso* –, na qual o autor se envolve, se dirige directamente aos leitores e onde se implica alguma resistência (8). A recomendação final, curta e incisiva, apresenta assim elevado dramatismo.

O autor constrói-se neste texto como uma figura nominal e de pertença a um grupo – o grupo dos que não se posicionam acriticamente perante o poder político, mas que na conjuntura escolhe deliberadamente um dos lados do conflito, quer em nome da experiência histórica quer pelos acontecimentos recentes, e está disposto a assumir as consequências mais radicais dessa posição, criticando quem não as assume. Privilegia esse grupo como seus interlocutores, ainda que contemple também os decisores políticos.

4.3. *A topicalização editorial nos dois jornais*

A inventariação dos tópicos dos editoriais publicados até 7 de Maio permite observar semelhanças e diferenças na forma como os editoriais comentaram estes acontecimentos e mostra como muitos foram comuns a ambos os jornais. Assim, foram identificados 12 tópicos no *El Pais* dos quais 8 estiveram presentes também no *Público*:

- *Apresentação e comentários sobre condições políticas para negociar;*
- *Referências ao passado, presente e futuro da Europa;*
- *Referências críticas a acções da NATO;*
- *Legitimidades e objectivos da acção da NATO;*
- *Relações do ocidente com a Rússia; envolvimento do país na operação;*
- *Referências a críticas à intervenção da NATO;*
- *Iniciativas de Milosevic e possível extensão do conflito;*
- *Situação dos refugiados; cimeira da NATO e novo conceito estratégico;*
- *Divergências internas da NATO; consequências para a NATO em caso de falhanço da operação.*

Os tópicos foram hierarquizados tendo em conta a sua frequência, intensidade e posição no texto, considerados o início e o final destes textos como lugares especialmente marcados. Assim foram valorizados respectivamente a presença do tópico no editorial, o número de parágrafos em que surge, a sua referência no primeiro e no último parágrafo. Os resultados desta hierarquização apresentam-se nos Quadros I e II, e acompanham o direccionamento para as duas audiências que detectámos na análise dos primeiros editoriais: a interpelação das elites políticas no *El País* e dos leitores do jornal no *Público*.

QUADRO I
Topicalização temática no *El País*

Tópicos	N.º de ref. ^a	Freq. parag.	No início	No final	Total
Europa, passado e futuro	9	20	3	2	34
Condições para negociar	8	17	2	5	32
Ref. ^a críticas à NATO	10	16	0	2	28
Obj. e legit. da intervenção	7	11	3	2	23
Relações com Rússia	4	12	1	2	19
Espanha na operação	4	8	1	2	15
Refugiados	3	7	3	1	14
Ref.º a críticas à operação	4	7	0	1	12
Iniciativas de Milosevic	4	5	1	1	11
Novo conceito da NATO	1	6	1	0	8
Problemas internos NATO	1	2	1	0	4
Consequências para NATO	1	1	0	0	2

A *situação da Europa*, evocando-se momentos e atitudes de dirigentes no passado recente como analogias à presente situação (I e II Guerra Mundial, Guerra Civil espanhola), surge como o tópico mais referenciado, em 9 editoriais. Este tópico político-estratégico abre três editoriais e está presente em dois finais, estando ainda contida no conteúdo de 20 parágrafos. Seguem-se de perto dois outros tópicos direccionados para as elites decisoras. A indicação de *condições para resolução da crise*, em segundo lugar, lidera no lugar estratégico da argumentação que é o final do texto (cinco presenças). As *observações críticas ou de reserva relativas ao desenrolar da operação*, em terceiro lugar, que nunca abrem o texto, são apresentadas sobretudo no interior do texto e de forma mitigada como «erros» (*error de cálculo; indicación errónea; trágicos errores, errores no pequeños...*).

Os três tópicos seguintes enfatizam essa orientação estratégica para a intervenção política, com a presença forte de argumentos de apresentação

dos *objectivos e natureza da legitimidade da operação da NATO* (quarto lugar), a necessidade de não ignorar nem marginalizar a Rússia (quinto lugar) – evocando-se por analogia a humilhação alemã nos acordos de Versalhes, que se pressupõe do conhecimento dos leitores – e a avaliação da postura do governo espanhol (sexto lugar). O tópico das referências a críticas à operação aparece diluído na oitava posição, sem particular destaque e atrás das referências aos dramas dos refugiados.

QUADRO II
Topicalização editorial no *Público*

Tópicos	N.º de ref. ^a	Freq. parag.	No início	No final	Total
Ref.º a críticas à operação	5	20	0	4	29
Obj. e legit. da intervenção	7	11	3	2	23
Ref.ª críticas à NATO	5	10	0	1	16
Condições para negociar	2	7	2	1	12
Portugal na operação	2	8	1	1	12
Europa, passado e futuro	3	5	1	1	10
Refugiados	2	2	1	0	5
Novo conceito NATO	1	2	1	0	4

No *Público* e em continuidade com o tópico principal do seu primeiro editorial, lideram as referências a posições contrárias à operação, presentes em cinco dos sete editoriais deste período, com uma frequência em parágrafos que quase duplica a do segundo tópico – *objectivos e legitimidade da operação* – e que é a mais presente no final do texto. Estas referências são feitas no tom desvalorizante presente já no primeiro editorial: *má fé, lamentos, autoflagelação, [posições de] cínicos encartados, hipócritas consumados*, entre outras formulações de desqualificação.

A alguma distância, o segundo tópico, *objectivos e legitimidade da intervenção*, faz o pleno da presença nos editoriais, abrindo três dos editoriais e encerrando dois. Pode ser lido em complementariedade com o anterior e com o tópico seguinte, *referências críticas à NATO*, este contudo quase ausente nos lugares estratégicos do início e final dos textos. Estes três tópicos coincidem em 5 editoriais, construindo uma figura escalena de três vectores indissociáveis mas desigualmente distribuídos que sustentam o enquadramento argumentativo dos editoriais do *Público*: legitimidade política da intervenção e necessidade de determinação na sua condução, ao contrário de posições de reserva no exterior como no interior dos quadros de decisão.

Note-se que a dimensão europeia, que liderava no *El Pais*, surge aqui apenas em sexta posição e que o governo russo está ausente como parceiro político. Por outro lado regista-se também o endereçamento directo aos políticos portugueses, questionando o seu silêncio em dois editoriais, na linha do que se verifica no primeiro editorial do *El Pais*. A distribuição comparada dos tópicos confirma contudo uma orientação mais interna para os leitores do jornal, já identificada no primeiro editorial.

5. Conclusões

Será importante integrar o conteúdo dos editoriais no contexto dos próprios jornais e das maneiras como cobriram estes acontecimentos. Em ambos os jornais, como se referiu, pudemos ler grande quantidade e diversidade de opiniões críticas expressas em artigos de opinião, que ofereceram riqueza argumentativa com posições divergentes, provenientes de vozes externas, bem como reportagens e crónicas de enviados especiais aos locais da intervenção e que mostraram *também o outro lado* da guerra, as vítimas do lado sérvio e voz a posições divergentes. Os leitores destes jornais tiveram assim acesso nas páginas destes jornais a uma pluralidade de argumentos e de perspectivas e a uma apreciação multifacetada da problemática que frequentemente levantou mais questões do que deu respostas.

Numa perspectiva de análise jornalística comparada, será de referir como dois jornais relativamente próximos quanto à sua génese, filosofia de informação e áreas de intervenção apresentaram nos seus editoriais estratégias e orientações pragmáticas diferenciadas ainda que sustentadas numa retórica comum de autoridade e num tom majestático. A situação específica analisada e a própria escassez do *corpus* não permite extrapolações, pelo que referimos apenas que, no contexto deste evento, o jornal espanhol privilegiou o espaço editorial com uma orientação para um público-alvo de elite e decisão, enquanto o jornal português o terá orientado para o público dos seus leitores comuns. Factores como a intervenção dos dois jornais nas respectivas sociedades, a própria dimensão da recepção – em escalas muito diferentes poderão ter sustentado estas diferenças. Destacamos, contudo, a divergência na cultura jornalística que postulam quanto ao género editorial, a sua função e relação pragmática com os leitores. O estilo de autoridade dos editoriais do *Público*, com o recurso à primeira pessoa e a argumentos de autoridade sustentados no passado pessoal e na experiência, constrói uma maior proximidade aos leitores comuns do jornal e poderá ter funcionado como factor de equilíbrio numa balança onde pendiam as opiniões críticas.

Os primeiros editoriais publicados em cada jornal evidenciaram o seu lugar de enquadramento em relação aos seguintes. Como género editorial,

os textos do *El Pais* enquadram-se na perspectiva *clássica* de texto de autoridade comentando acontecimentos recentes, dirigindo-se particularmente a elites decisoras num discurso de vigilância e de aconselhamento, definindo margens sociais de intervenção e de consenso políticos. Parco nas referências a vozes externas críticas, talvez porque num registo de superioridade, desqualifica-as política e moralmente ou utiliza-as como argumento de enquadramento para interpelações a responsáveis políticos.

Os editoriais do *Público* rompem com o classicismo do género, pela afirmação da voz pessoal do seu director, reiterada pelo recurso à primeira pessoa. Elementos do contexto de produção e de recepção poderão ter afectado a intensidade da manifestação dos tópicos com que comentou a intervenção da NATO. Os editoriais sobre os acontecimentos do Kosovo ficaram marcados pela posições de legitimação *contra corrente* comparativamente ao tom crítico da maioria dos artigos de opinião dos columnistas do jornal, de figuras públicas e leitores. A construção negociada de um *nós* que constituísse um vínculo entre as posições do director do jornal e os seus leitores fez-se acompanhar pela desvalorização extremada de vozes críticas.

Para além do estilo majestático, encontramos também semelhanças entre o tom editorial do *El Pais* e do *Público* particularmente a nível da postura ideológica e linguagem. Em ambos os editoriais foi subscrito o consenso político das elites dirigentes ocidentais sobre o direito de ingerência num país soberano à margem do quadro das Nações Unidas. Alinharam com argumentos de ordem moral ou mesmo civilizacional na interpretação de um conflito, como se, como comenta Ignacio Ramonet (1999), a história, a cultura e a política se tivessem tornado subitamente obsoletas. Sustentaram a desqualificação das posições de *outros* por atributos emotivo-morais, exacerbando dimensões negativas e transpondo responsabilidades de políticos para um povo diabolizado. A sobrelexicalização da desqualificação personalizada do *outro* foi feita por contraste com a economia verbal na descrição do *nós*, numa retórica de oposição entre uma linguagem elaborada, morfologicamente complexa e de cultura erudita aplicada a um dos lados, o da pertença, e uma linguagem redutora tocando por vezes o brejeiro da cultura popular, usada para o *outro lado*, caracterizaram representações do evento no espaço consensualmente reconhecido como de maior implicação do jornal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTOS, J.-L. M. (1974) – *Redacción Periodística (Los estilos y los géneros en la prensa escrita)*. Madrid: ATE, 1974.
- ALBERTOS, J. L. M. (1983) – *Curso General de Redacción Periodística*: Editorial Mitre.
- BRETON, P. (1996) – *A argumentação na comunicação*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- CHAPARRO, Manuel Carlos (1998) – *Sotaques de aquém e além mar. Análise comparativa da imprensa portuguesa e brasileira*. Amadora: Jortejo.
- FOWLER, R. (1985) – Power. In T. A. v. Dijk (Ed.), *Handbook of discourse analysis*, (Vol. 4, 61-82). London: Academic Press.
- GILL, A. M., & WHEDBEE, K. (1997) – «Rhetoric». In T. A. v. Dijk (Ed.), *Discourse as structure and process*. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage, 157-184.
- HACKETT, R. A. & ZHAO, Y. (1994) – «Challenging a master narrative: peace protest and opinion/ editorial discourse in the US press during the Gulf War». *Discourse & Society*, 5(4), 509-541.
- KRESS, G. (1985) – «Ideological Structures in Discourse». In T. A. v. Dijk (Ed.), *Handbook of Discourse Analysis*, (Vol. 4, 27-42). London, Thousand Oaks, New Delhi: Academic Press.
- LAITIN, D., & Gomez, G. R. (1992) – «Language, Ideology and the Press in Catalonia». *American Anthropologist*, 94(1), 9-30.
- MORIN, V., (1961) – «Le voyage de Krouchtchev en France: essai d'une méthode d'analyse de la presse». *Communication*, Paris, 1, 1961, 81-107.
- RAMONET, I. (1999) – Nouvel ordre global. *Le Monde Diplomatique*, 543, Junho de 1999.
- SLOAN, W. D., WRAY, C. S., & SLOAN, C. J. (1997) – *Great Editorials*. Alabama: Vision Press.
- VAN DIJK, T. A. (1995) – *Racismo y análisis crítico de los medios*. Barcelona: Bosch Comunicación, 1997.
- VAN DIJK, T. A. (1997). – «Discourse as interaction in society». In T. A. v. Dijk (Ed.), *Discourse as social interaction*. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage, 1-37.
- VAN EEMEREN, F. v., Grootendorst, R., Jackson, S., & Jacobs, S. (1997) – «Argumentation». In T. A. v. Dijk (Ed.), *Discourse as structure and process*. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage, 208-229.
- VIVALDI, G. M. (1993) – *Géneros Periodísticos*. (5.ª ed.). Madrid: Paraninfo, 1995.

Livros de Estilo

El País, Libro de Estilo. Madrid: Ediciones El País, 1994 (10.ª ed).

Livro de Estilo do Público. Lisboa: Edições Público, 1998; <http://www.publico.pt/nos/livro-estilo>.